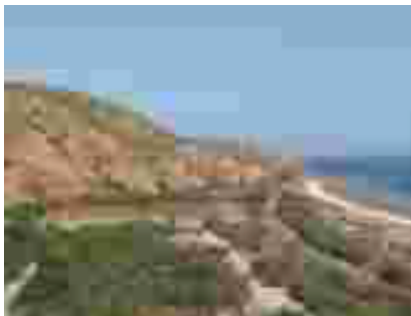


## Ordenamento do Território e Gestão Sustentável de Timor-Leste



### SUBTEMA 1

## OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COMO PROMOTORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL

### QUESTÃO ORIENTADORA

*Como podem os instrumentos de ordenamento do território promover a gestão sustentável em Timor-Leste?*

#### Conceitos-chave

- Ordenamento do território
- Políticas territoriais
- Instrumentos de ordenamento
- Planeamento do território
- Desenvolvimento sustentável
- Recursos naturais
- Recurso renovável
- Recurso não renovável
- Valor de um recurso
- Sensibilidade ecológica
- Capacidade de carga
- Aptidão do território
- Classificação de uso do solo
- Solo rural
- Solo urbano
- Instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e local
- Plano Estratégico de Desenvolvimento
- Gestão sustentável
- Plano de Infraestruturas Básicas Integradas
- Plano Geral para os Centros de Distrito
- Plano Mestre para o Saneamento e Drenagem
- Plano de Gestão Florestal
- Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade

#### Sumário

- Os instrumentos de ordenamento do território como promotores da gestão sustentável
  - O ordenamento do território – conceitos base
  - O ordenamento do território – o caso português
  - Ordenamento do território em Timor-Leste

#### Finalidade

A abordagem da temática *Os instrumentos de ordenamento do território como promotores da gestão sustentável* pretende sensibilizar-te para a existência de instrumentos de ordenamento do território existentes em outros países e perceber a importância da sua existência em Timor-Leste. São analisados instrumentos de ordenamento do território existentes em Portugal e apresentados os instrumentos cuja aplicação está prevista para Timor-Leste. Procura, ainda, refletir-se acerca da importância do ordenamento do território no desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

#### Metas de Aprendizagem

- Apresenta o conceito de ordenamento do território e dos principais aspetos a ele associados.
- Refere alguns instrumentos de ordenamento do território utilizados em Portugal.
- Indica os instrumentos de ordenamento do território timorense.
- Justifica a importância dos instrumentos de ordenamento do território na gestão sustentável de Timor-Leste.
- Reconhece a importância do ordenamento do território na gestão sustentável de Timor-Leste.
- Indica formas de promover a gestão sustentável de Timor-Leste.

# 1. OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COMO PROMOTORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL

## 1.1. O ordenamento do território – conceitos base

O **ordenamento do território** consiste na implementação de um conjunto de medidas que regulamentam a utilização do espaço de modo a melhorar as condições de vida das pessoas, a promover o desenvolvimento das atividades económicas, a valorizar os recursos naturais e o património, evitando perturbar o equilíbrio natural do meio (Figura 1).

A Lei de Bases do Ambiente de Timor-Leste, aprovada em 11 de abril de 2012, refere que o *ordenamento do território* é o processo integrado de organização do espaço biofísico, tendo como objetivo o uso e transformação do território de acordo com as suas capacidades, vocações, permanência dos valores de equilíbrio biológico e de estabilidade geológica, numa perspetiva de manutenção e aumento da sua capacidade de suporte à vida.

O ordenamento do território pode variar de país para país, no entanto, na sua implementação é importante:

- identificar objetivos a médio e a longo prazo;
- definir estratégias para o território;
- definir políticas setoriais para, por exemplo, a agricultura, o ambiente, os transportes, o turismo, entre outros.

O ordenamento do território promove:

- **benefícios económicos** que resultam, por um lado, do aumento da confiança para o investimento e, por outro, da identificação das potencialidades e dos constrangimentos existentes que permitem que o investimento seja adequado às necessidades locais (Figura 2);
- **benefícios sociais** que resultam da criação de serviços/ infraestruturas adequados às necessidades das comunidades locais e da criação de áreas ambientalmente agradáveis, saudáveis e seguras (Figura 3);
- **benefícios ambientais** que resultam da promoção da utilização/ reutilização das áreas edificadas, da conservação de áreas ambientais e histórico-culturais e da identificação das áreas com risco ambiental (Figura 4).



Figura 1 – Ordenamento do território efetuado na Praia da Areia Branca (Arredores de Díli, Timor-Leste).



Figura 2 – Investimento privado na criação de um espaço turístico nos arredores de Díli (Timor-Leste).



Figura 3 – Requalificação da marginal que liga a Praia da Areia Branca a Díli (Timor-Leste).



Figura 4 – Recuperação do Forte de Maubara e seu aproveitamento turístico (Maubara, Timor-Leste).



Figura 6 – Implementação do Projeto Mós Bele em Maubara (Timor-Leste).

No esquema da Figura 5 encontram-se representados os aspetos a ter em conta no ordenamento do território, bem como os principais setores que podem ser beneficiados.

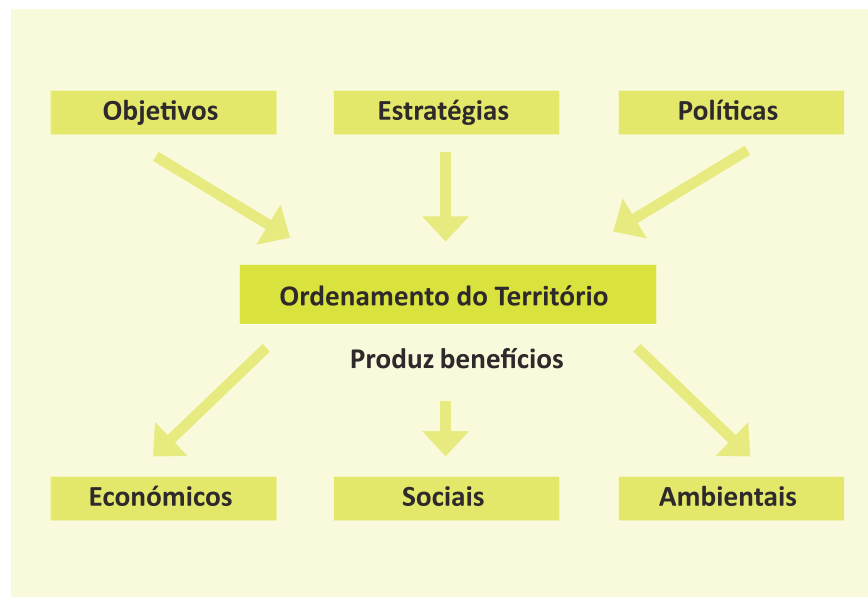


Figura 5 – Aspetos a ter em conta no ordenamento do território e os principais setores que podem ser beneficiados.

### Atividade 1

1. Após a leitura da informação partilhada responde às questões que se seguem.

1.1. Define ordenamento do território.

1.2. Indica dois aspetos que é necessário ter em conta na implementação do ordenamento do território.

1.3. Explica de que modo o ordenamento do território pode trazer benefícios económicos para Timor-Leste.

1.4. Justifica a importância social e ambiental do ordenamento do território em Timor-Leste.

1.5. Apresenta dois exemplos da região onde a tua escola se encontra localizada que possam ser melhorados se for feito o ordenamento do território.

1.6. Na definição das políticas territoriais de uma região é necessário proceder a várias etapas. Identifica-as.

2. Apresenta as respostas que deste aos teus colegas da turma e ao(a) teu(tua) professor(a).

O ordenamento do território cria benefícios que promovem o desenvolvimento da comunidade e a utilização sustentada dos recursos naturais. O ordenamento do território é um importante motor do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Figura 6).

O ordenamento do território assenta na existência de **políticas territoriais** que definem o desenvolvimento dos centros urbanos e dos espaços rurais, identificando a distribuição espacial da ocupação do solo e a sua utilização por parte dos diversos agentes. As políticas territoriais visam a transformação da situação atual de referência numa situação futura desejável. Para tal é importante considerar:

- o diagnóstico da situação existente (referência);
- a definição do objetivo final;
- a análise da relação entre o Homem e o território.

Os **instrumentos de ordenamento do território** são mecanismos e ferramentas que instrumentalizam as políticas de ordenamento do território. No processo de ordenamento do território é necessário conhecer e integrar vários aspetos relacionados com: o planeamento do território, o desenvolvimento sustentável, o valor de um recurso ou

de um sistema ecológico, a sensibilidade ecológica de um recurso ou de um sistema ecológico, a capacidade de carga, a aptidão do território e a classificação do uso do solo.

O **planeamento do território** é um processo essencial na prevenção e na resolução dos problemas urbanos. Tem como objetivo a racionalização do uso e ocupação do território, no sentido de garantir o bem estar da população e o desenvolvimento harmonioso das atividades económicas. Partindo do conhecimento da realidade física e humana, o planeamento do território procura gerir a utilização do espaço de forma equilibrada, de modo a aproveitar as suas potencialidades e a criar condições de vida adequadas para a população.

O planeamento do território visa, por isso, promover o **desenvolvimento sustentável** de cada região. Este deve ser entendido como sendo o *desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras de satisfazerem as suas próprias necessidades* (Relatório Brundtland, 1987). Sem comprometer, por conseguinte, o esgotamento dos recursos.

Os **recursos** podem ser vistos como bens produzidos pela natureza (recursos naturais) ou bens com alguma utilidade para a sociedade, criados ou não pela própria sociedade e respetivos sistemas produtivos.

Os **recursos naturais** classificam-se em recursos renováveis e não renováveis, de acordo com a sua taxa de renovação à escala humana, tal como já foi abordado no 10º ano de escolaridade.

O **valor de um recurso ou de um sistema ecológico** corresponde ao seu significado em relação a fatores como a raridade, a diversidade, a naturalidade, a viabilidade funcional e o seu significado local ou regional.

A **sensibilidade ecológica de um recurso ou de um sistema ecológico** corresponde à probabilidade de poder ocorrer uma degradação da sua funcionalidade ecológica e da consequente capacidade de realização de serviços (ecológicos, económicos e sociais). Traduz a suscetibilidade às agressividades exteriores, que é condicionada pelo tipo de agressividade e pela capacidade de resistência do recurso à transformação. Por exemplo, as zonas húmidas são sistemas altamente complexos com uma elevada riqueza e diversidade funcional mas, também, extraordinariamente sensíveis às perturbações causadas pela atividade humana.



*Os recursos renováveis são definidos como os recursos que são naturalmente renováveis dentro de um período de tempo relevante para os seres humanos, por exemplo, a água, o ar, a vida animal e vegetal, a radiação solar, a energia dos ventos e das marés.*

*Os recursos não renováveis são os recursos que levam milhares ou mesmo milhões de anos a formarem-se, oferecendo limites à sua utilização, por exemplo os minerais e o solo. Existem dois tipos de recursos não renováveis:*

*- os que se consomem com o uso (ex.: petróleo, carvão);*

*- os que são recicláveis (ex.: vidro).*



## Atividade 2

1. Após a leitura da informação partilhada responde às questões que se seguem.

1.1. Define recurso natural.

1.2. Distingue recursos renováveis de recursos não renováveis.

1.3. Apresenta dois exemplos de recursos renováveis e dois exemplos de recursos não renováveis existentes em Timor-Leste.

1.4. Distingue sensibilidade ecológica de um recurso de capacidade de carga.

1.5. Explica de que modo a atividade humana pode condicionar a capacidade de carga de um recurso.

1.6. Distingue capacidade de carga em termos de gestão ambiental de capacidade de carga em termos biológicos.

2. Apresenta as respostas que deste aos teus colegas da turma e ao(a) teu(tua) professor(a).



Figura 7 – Exemplo de um solo rural ocupado com uma cultura de arroz na região de Viqueque (Timor-Leste).



Figura 8 – Exemplo de um solo urbano na Avenida de Portugal em Díli (Timor-Leste).

Em gestão ambiental, a **capacidade de carga** corresponde ao limiar de utilização dos recursos naturais a partir do qual a utilização continuada dos recursos os sujeita a sérios riscos de degradação irreversíveis. Em termos de planeamento e de gestão do território, a capacidade de carga corresponde à capacidade de um sistema natural ou artificial absorver o crescimento da procura sem degradação significativa. Em termos biológicos, a capacidade de carga pode ser considerada como a relação entre a base de recursos, a capacidade de assimilação e de recuperação do ambiente total e o potencial biótico das espécies naturais em presença.

A **capacidade de carga** de uma determinada área depende da conjugação dos recursos de base e das suas características com as atividades que se vão desenvolver e os utilizadores dessa mesma área. A identificação da capacidade de carga de uma determinada área é muito importante no ordenamento do território, pois permite assegurar a manutenção do equilíbrio dos processos ecológicos de forma compatível com a ocorrência de atividades humanas para as quais a área demonstra uma aptidão indiscutível.

A **aptidão do território** para um uso ou conjunto de usos e funções depende das maiores ou menores potencialidades que o território apresenta. Estas são influenciadas pelas suas características biofísicas e pelo meio socioeconómico em que o território se integra, para prestar serviços de forma equilibrada e com eficácia, sem deteriorar a sua capacidade produtiva ou as suas características naturais.

A **classificação do uso do solo** é outro aspeto muito importante no processo de ordenamento do território, dado que determina o destino básico dos terrenos. A classificação do uso do solo permite distinguir o **solo rural** do **solo urbano**:

- **solo rural**, é aquele ao qual é reconhecida vocação para a atividade agrícola, pecuária, florestal ou mineira ou todo aquele que integra espaços naturais de proteção ou de lazer (Figura 7). Também pode integrar este tipo de solo todo aquele que possui infraestruturas mas que não é considerado solo urbano;
- **solo urbano**, é aquele ao qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e para a existência de edificações (Figura 8).

A classificação de uso do solo depende da escala de análise e, consequentemente, do grau de pormenor com que se está a trabalhar.

## 1.2. O ordenamento do território – o caso português

De seguida apresentamos, a título de exemplo, os instrumentos de ordenamento do território que existem em Portugal. Muitos destes instrumentos podem ser adaptados para o contexto de Timor-Leste.

Em Portugal existem instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e local.

Os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional são os seguintes:

- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)** – define as grandes opções importantes para a organização do território nacional e sintetiza as referências a serem consideradas na elaboração dos restantes instrumentos de gestão territorial.
- **Planos Sectoriais (PS)** – são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas, com incidência na organização do território. São exemplo deste tipo de planos o Plano Setorial da Rede Natura, os Planos Setoriais dos Recursos Hídricos, entre outros.
- **Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)** – são planos que focam aspetos especiais do ordenamento do território que não são tratados em outros planos de ordenamento do território e que, por isso, requerem contexto regulamentar ou normativo específico. É o caso dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP) e dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

Os instrumentos de ordenamento do território de âmbito regional são os **Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)**. Estes planos definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estratégicas definidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local. Servem como referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território. Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal são um exemplo deste tipo de planos.

Finalmente, os instrumentos de ordenamento do território de âmbito municipal incluem:

- **Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT)** – são instrumentos de desenvolvimento territorial que asseguram a articulação entre o plano regional e os planos municipais de ordenamento do território, quando existe interdependência de elementos estruturantes que necessitam de uma coordenação integrada.

### Atividade 3

*1. Após a leitura da informação partilhada responde às questões que se seguem.*

*1.1. Indica dois fatores que influenciam a aptidão de um território para um determinado uso.*

*1.2. Distingue solo rural de solo urbano.*

*1.3. Classifica o uso do solo da região onde a tua escola se encontra localizada, em termos de predominância.*

*2. Apresenta as respostas que deste aos teus colegas da turma e ao(a) teu(tua) professor(a).*

### Atividade 4

*1. Após a leitura da informação partilhada responde às questões que se seguem.*

*1.1. Apresenta dois exemplos de instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional existentes em Portugal.*

*1.2. Refere a importância dos planos regionais de ordenamento do território existentes em Portugal.*

*1.3. De que modo o conhecimento dos instrumentos de ordenamento do território existentes em Portugal pode ser útil para Timor-Leste?*

*2. Apresenta as respostas que deste aos teus colegas da turma e ao(a) teu(tua) professor(a).*



Sub-unidades de equipamentos de recreio lazer e desporto  
Moradias turísticas  
Apartamentos  
Hotel 5 estrelas, SPA, fitness, talassoterapia, centro cultural  
Áreas verdes  
Golfe

Figura 9 – Mapa de implantação de um Plano de Pormenor da Câmara Municipal da Peniche (Portugal).

- **Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)** – são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios, que estabelecem o uso do solo e definem os modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização das redes e sistemas, bem como o aproveitamento do solo e a qualidade ambiental. Estes planos compreendem o:

- **Plano Diretor Municipal (PDM)** – fixa as linhas gerais de ocupação do território do concelho. Tem um carácter dinâmico, o que implica a sua permanente avaliação e consequente definição de estratégias para responder a novas necessidades ou potenciar novas oportunidades. Legalmente tem um prazo de vigência de dez anos, findos os quais deve ser revisto.
- **Plano de Urbanização (PU)** – define a organização espacial da parte do território municipal integrada no perímetro urbano que exige uma intervenção integrada de planeamento.
- **Plano de Pormenor (PP)** – desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do concelho, definindo com detalhe a forma de ocupação (Figura 9). Este plano serve de base aos projetos de execução de infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas no PDM e no PU.

### 1.3. O ordenamento do território em Timor-Leste

Em Timor-Leste não tem existido uma prática de ordenamento do território. A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 constituiu um passo muito importante nesta matéria pois permitiu definir objetivos e metas, a serem cumpridos, a curto, a médio e a longo prazo. Neste sentido, são várias as medidas e as políticas que estão em curso e outras vão ser implementadas nos próximos anos, como a seguir se descrevem.

#### Infraestruturas rodoviárias

O **Plano de Infraestruturas Básicas Integradas** é um dos instrumentos de ordenamento do território que está elaborado para permitir o desenvolvimento dos setores produtivos de Timor-Leste e que compreende a melhoria das telecomunicações, dos aeroportos, das estradas, das pontes, das redes de esgotos e dos sistemas de água potável.

A construção, a reparação e a melhoria das estradas e das pontes será contemplada num programa rodoviário a nível nacional, que dada a sua área de intervenção, prevê-se que esteja totalmente implementado

a médio e a longo prazo (Figura 10). Este plano prevê a construção, a reparação e a manutenção do sistema de estradas nacionais, regionais e rurais, bem como de centenas de pontes existentes no país (Figura 11). Timor-Leste estará dotado no futuro de um anel nacional de autoestradas. Simultaneamente, as estradas nacionais e regionais vão ser alvo de intervenções que lhes permitem ter padrões de circulação internacionais.

### **Infraestruturas de contacto com o exterior**

A construção ou o aumento das infraestruturas de contacto com o exterior, como os portos e aeroportos, são também intervenções que se prevê que sejam realizadas.

Tanto a costa Norte como a costa Sul vão ser abrangidas por um aumento da capacidade dos seus portos marítimos. Em Tíbar haverá um porto nacional multifuncional, com capacidade para 1 milhão de toneladas/ano e com a possibilidade de receber embarcações comerciais e de passageiros. Em Suai prevê-se que seja criado um porto que funcionará como peça central do desenvolvimento de uma base logística para o setor petrolífero.

Para além das grandes obras referidas os restantes portos vão ser alvo de intervenções, tendo em vista a proteção da pesca, o transporte de mercadorias e de passageiros, o desenvolvimento do setor turístico, entre outros.

De um modo geral, os aeroportos estão em mau estado pelo que há necessidade de proceder a grandes obras neste tipo de infraestruturas.

O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será alvo de obras que permitam receber aviões maiores e com normas de segurança que cumpram os padrões internacionais.

A nível dos distritos será elaborado o plano de aviação distrital que permitirá identificar a necessidade de construção de aeródromos, bem como as intervenções necessárias nos aeródromos já existentes.

### **Infraestruturas de água e saneamento**

Dotar o país de um sistema de água canalizada e de um sistema esgotos é, também, uma das prioridades do governo timorense. Nas áreas rurais: os lares vão ser dotados de sistemas de água, vão ser construídas latrinas comunitárias e haverá apoio técnico especializado e supervisão para as comunidades. Nas áreas urbanas, as infraestruturas de água existentes (mas que foram destruídas em 1999) vão ser reparadas de modo a garantir um abastecimento seguro de água canalizada aos lares. Este processo prevê:

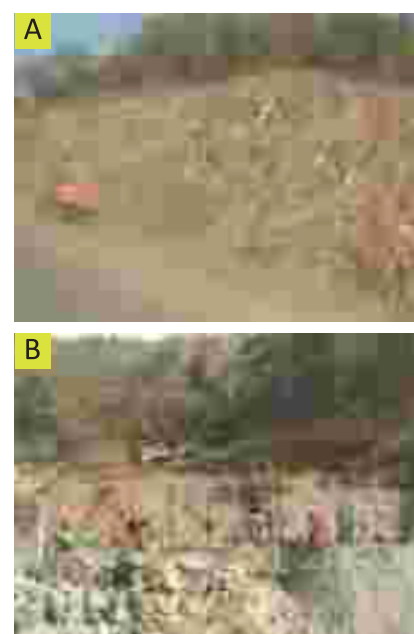


Figura 10 – Alargamento da estrada que liga Maubara a Bobonaro (Timor-Leste) (A) e obras de sustentação de barreiras junto da estrada (B).



Figura 11 – Construção de uma ponte nos arredores de Liquiçá (Timor-Leste).





Figura 12 – Águas de Fatumeta (Timor-Leste).



Figura 13 – Central elétrica de Hera (Timor-Leste).

### Atividade 5

**1.** Após a leitura da informação partilhada responde às questões que se seguem.

**1.1.** Refere a importância do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de Timor-Leste.

**1.2.** Explica de que modo a melhoria das infraestruturas rodoviárias pode contribuir para o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

**1.3.** Justifica a importância das obras de melhoria do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato no desenvolvimento turístico de Timor-Leste.

**1.4.** Explica de que modo a construção de infraestruturas de água e saneamento podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos timorenses.

**2.** Apresenta as respostas que deste aos teus colegas da turma e ao(à) teu(tua) professor(a).

- a elaboração de um **Plano Geral para os Centros de Distrito**;
- a reparação de furos, a reabilitação de canos danificados e a legitimação das ligações;
- a localização e consolidação de novas fontes de água;
- a construção de reservatórios e instalações de tratamento (Figura 12).
- a ligação das casas à rede de abastecimento.

Ao nível do saneamento, vão ser construídos sistemas de recolha de esgotos e estações de tratamento. Simultaneamente, as pessoas prevê-se que sejam incentivadas a terem autoclismos em suas casas e, sempre que possível, casas de banho com ligação à rede pública de saneamento.

No caso concreto da cidade de Díli, vai ser criado o **Plano Mestre para o Saneamento e Drenagem** que tem como objetivo desenvolver um sistema de recolha de esgotos que abranja a maior parte da cidade. Nas áreas densamente povoadas, onde não seja possível implementar este sistema, prevê-se que sejam construídas fossas sépticas com serviço periódico de recolha e, nas áreas menos povoadas, construídas fossas permeáveis.

### Infraestruturas elétricas

A instalação da rede elétrica nacional em Timor-Leste é de extrema prioridade. Para que tal seja possível está a ser criado um sistema fiável de produção transmissão e distribuição de energia elétrica que abranja todo o país (Figura 13).

A utilização de energias renováveis e a eletrificação das áreas rurais são uma prioridade. Está previsto o aproveitamento de energia hidráulica, de energia eólica, de energia solar e de biomassa/resíduos sólidos em vários pontos do país (ex.: Ataúro, Oecussi Ambeno, Ameno, Lariguto, Bobonaro).

### Equipamentos públicos

A construção e/ou a reabilitação de equipamentos na área da saúde e da educação são um dos objetivos a curto prazo em Timor-Leste.

Ao nível da saúde, prevê-se que sejam reabilitados e construídos postos de saúde e expandidos e reabilitados os centros comunitários de saúde. O hospital nacional e os cinco hospitais de referência existentes vão sofrer um processo de melhoria e de expansão.

Na área da educação, haverá um aumento do número de escolas, principalmente no ensino pré-escolar e no secundário.



## Áreas industriais

O setor petrolífero é considerado uma potencialidade em Timor-Leste, pelo que o desenvolvimento da indústria petrolífera será uma realidade em breve com a implementação do projeto Tasi-Mane na Costa Sul. Este projeto prevê a criação de três aglomerados industriais: um destinado ao fornecimento do petróleo, outro à refinaria e à indústria petroquímica de Betano, e outro à instalação de gás natural liquefeito.

A criação de áreas com capacidade para captar investimento estrangeiro são, também, uma aposta para o aumento de emprego e do volume de negócios com o exterior.

A construção/expansão das várias infraestruturas (ex.: rede viária, portos e aeroportos, rede de abastecimento de água e de saneamento, infraestruturas elétricas, equipamentos públicos e áreas industriais) são intervenções chave no processo de ordenamento do território em Timor-Leste. Delas depende a organização do espaço e a gestão dos recursos naturais envolventes, bem como todas as dinâmicas que podem ser geradas a partir delas.

## Área ambiental

Centrando a atenção nas áreas rurais, nos recursos naturais e na melhoria do ambiente no PED 2011-2030 também estão identificados planos que se prevê que sejam executados no período considerado.

Um dos planos a ser elaborado nos próximos anos é o **Plano de Gestão Florestal**. Este plano visa promover a reflorestação e as práticas de gestão florestal sustentável em Timor-Leste (Figura 14). Para tal, este plano pressupõe a criação de legislação específica sobre a floresta, a reflorestação das zonas degradadas, a redução da realização de queimadas durante a estação seca e a aplicação das leis ambientais e florestais que permitam controlar atividades de degradação da terra.

A proteção das **zonas de conservação natural** ou **parques naturais** e dos **recursos marinhos e costeiros** serão também objeto de um plano/medidas que visem a gestão sustentável destas áreas.

Para as **bacias hidrográficas** e as **zonas costeiras** será definida uma política de gestão que valorize a reabilitação e a proteção dos mangais no litoral (Figura 15), a regularização da exploração de areia no rios (Figura 16), a conservação dos recursos hídricos e o controlo das planícies aluviais.

## Atividade 6

*1. Após a leitura da informação partilhada responde às questões que se seguem.*

*1.1. Explica por que é que a utilização de energias renováveis pode ser vantajosa nas regiões mais montanhosas de Timor-Leste.*

*1.2. Justifica a importância da reabilitação e construção de novos postos de saúde nas áreas rurais.*

*1.3. De que modo o aumento do número de escolas pode ser útil para o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste?*

*1.4. Justifica a importância do setor petrolífero no desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.*

*2. Apresenta as respostas que deste aos teus colegas da turma e ao(a) teu(tua) professor(a).*



Figura 14 – Floresta na região de Aileu (Timor-Leste).



Figura 15 – Mangal junto da Lagoa Bemalai, subdistrito de Atabae (Timor-Leste).



Figura 16 – Extração de areias numa ribeira nos arredores de Díli (Timor-Leste).